



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GAB. DO DES. JOSÉ RICARDO PORTO

**ACÓRDÃO**

---

**AGRAVO INTERNO Nº 0025099-38.2013.815.2001**

**RELATOR :Des. José Ricardo Porto**

**AGRAVANTE :Fabrícia Moreira Ferreira Dantas**

**ADVOGADA :Luciana Ribeiro Fernandes OAB/PB -14.574**

**AGRAVADO :BV – Financeira S/A.-Crédito Financiamento e Investimento**

**ADVOGADO :Celso David Antunes OAB//BA -1141-A**

---

**SÚPLICA REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR DEMONSTRADO MEDIANTE COMPROVAÇÃO DA PRETENSÃO RESISTIDA. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. OBRIGATORIEDADE. INFORMAÇÃO DE NÚMERO DE PROTOCOLO. PROVA INIDÔNEA. RECENTE ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CARÊNCIA DE AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESPROVIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO.**

- *“A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.” (REsp 1349453/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 02/02/2015).” (grifei)*

- Segundo recentíssimo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o requerimento administrativo dos documentos, para ser assim considerado, deve ser idôneo, isto é: (a) formulado pelo interessado ou representante legal devidamente constituído; (b) especificando claramente o documento a ser exibido, (c) indicando endereço para resposta; (d) protocolizado em uma de suas vias no estabelecimento da parte ré,

em Cartório de Títulos e Documentos ou carta AR (Aviso de Recebimento) com declaração de conteúdo; (e) em tempo hábil para ser atendido, no mínimo 30 (trinta) dias antes do ajuizamento da ação cautelar.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos acima referenciados.

**ACORDA** a Primeira Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, **à unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de **Agravo Interno** interposto por **Fabírcia Moreira Ferreira Dantas**, contra decisão monocrática desta relatoria (fls. 110/114), que proveu monocraticamente a apelação cível da **BV - Financeira S/A.**, acolhendo a preliminar de carência de ação, por falta de interesse de agir, em virtude da ausência de demonstração do pedido e recusa na via administrativa do documento questionado, extinguindo a Ação de Exibição e, por conseguinte, invertendo os ônus sucumbenciais.

Em suas razões (fls. 116/125), a irresignante pugna pela reconsideração do julgado ou, subsidiariamente, que o recurso regimental seja levado para análise do colegiado.

Defende que houve o prévio requerimento junto à instituição financeira, obtendo o número de protocolo de nº 7381257, contudo não logrou êxito em obter o contrato visado, restando, por tanto, demonstrada a pretensão resistida, razão pela qual afigura-se plausível a condenação do banco em honorários advocatícios.

Inobstante a parte agravada tenha sido intimada para ofertar contrarrazões à presente súplica, nos termos do art.1.021, §2º, do NCPC, quedou-se inerte, conforme atesta a certidão de fls.142.

**É o relatório.**

### **VOTO**

Malgrado o Agravo Interno possua o chamado efeito regressivo, permitindo ao Julgador reconsiderar o decisório combatido, **mantenho a posição anterior pelos seus próprios fundamentos, que foram suficientes para dirimir a questão em disceptação, os quais passo a transcrever:**

*“Manuseando o caderno processual, constata-se que a autora propôs Ação Cautelar de Exibição de Documentos c/c Danos Morais com a pretensão de ver exibido contrato de financiamento firmado com o demandado, uma vez que visa, posteriormente, discutir a relação jurídica oriunda da avença.*

*De início, acolho a preliminar de ausência de interesse de agir, pelas razões a seguir expostas.*

*Pois bem. A questão em disceptação é de fácil deslinde, haja vista o mais novo posicionamento sustentado pelo Superior Tribunal de Justiça, proferido quando do julgamento do Resp 1349453/MS, no sentido de que, para a propositura da Ação de Exibição de Documentos Bancários, é necessária a comprovação de prévio pedido administrativo recusado ou não atendido em prazo razoável, como um dos requisitos para demonstração do interesse.*

*Vejamos o apontamento:*

**PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: **A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.** 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1349453/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 02/02/2015) (grifei)**

*Não é demais colacionar trecho extraído do decisum acima destacado, o qual passo a adotar como razão de decidir:*

*“Início por examinar a necessidade de prévio requerimento extrajudicial à instituição financeira para exibir os documentos a fim de que se caracterize, ou não, o interesse de agir.*

*O Plenário do Supremo Tribunal Federal, recentemente, ao julgar o RE 631.240, estabeleceu importante distinção entre "prévio requerimento" e "exaurimento das vias administrativas".*

*A Constituição de 1967, com a redação dada pela EC 7/77, autorizava a lei a exigir o esgotamento das vias administrativas como condição para o ingresso em juízo. Como esta autorização não foi reproduzida na Constituição de 1988, a jurisprudência passou a entender revogada a legislação anterior que determinava tal condicionamento e inconstitucional lei posterior que o estabelecesse, em face do postulado da garantia da jurisdição (art. 5º, XXXV). Assim, tornou-se incompatível com a nova ordem constitucional exigir que o interessado fizesse a postulação administrativa e, diante do indeferimento, exaurisse toda cadeia prevista em lei de recursos administrativos antes de recorrer ao Poder Judiciário. Precedentes posteriores acabaram, todavia, por equivocadamente entender inconstitucional até mesmo a simples exigência de prévia postulação, na via administrativa, para caracterizar a presença do conflito de interesses caracterizado por pretensão resistida, o interesse de agir, condição da ação necessária para o exame do mérito. Esse desvirtuamento da evolução jurisprudencial, e as distorções que dele advieram no âmbito das ações previdenciárias, estão detalhadamente descritos no voto do relator, o Ministro Roberto Barroso, do qual extraio:*

*"(...) 3. A jurisprudência desta Corte sempre afirmou que decisões extintivas de processos por ausência de condições da ação não violam a inafastabilidade da jurisdição.*

*(...) 4. Isto porque, segundo a doutrina (Luiz Guilherme Marinoni, Teria geral do processo, 2013, p. 191/192), as condições incidem não propriamente sobre o direito de ação - exercido sempre que se provoca o Judiciário -, mas sim sobre o seu regular exercício, o que é necessário para um pronunciamento de mérito.*

*(...) 5. Assentada a constitucionalidade em tese das condições da ação - legitimidade para a causa, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido -, faz-se a seguir uma breve nota teórica sobre o interesse em agir, para em seguida relacioná-lo ao prévio requerimento administrativo.*

## **II. INTERESSE EM AGIR: BREVE CONCEITUAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

*6. Como se sabe, o interesse em agir, ou interesse processual, é uma condição da ação com previsão legal expressa (CPC, arts. 3º; 4º; 267, VI; 295, III), que possui três aspectos: utilidade, adequação e necessidade. Sem a pretensão de examinar todas as nuances teóricas que envolvem o tema, exaustivamente explorado pela doutrina,*

*sintetizo abaixo o entendimento corrente, apenas para maior clareza da exposição.*

*7. A utilidade significa que o processo deve trazer proveito para o autor, isto é, deve representar um incremento em sua esfera jurídica. Assim, por exemplo, diz-se que não tem interesse em recorrer a parte que obteve provimento totalmente favorável. Em tal hipótese, eventual recurso não será conhecido, ou seja, não terá o mérito apreciado.*

*8. A adequação, por sua vez, traduz a correspondência entre o meio processual escolhido pelo demandante e a tutela jurisdicional pretendida. Caso não observada a idoneidade do meio para atingir o fim, não pode haver pronunciamento judicial de mérito, uma vez que o requerente carece de interesse na utilização daquela via processual para os objetivos almejados. Por exemplo: caso o autor pretenda demonstrar sua incapacidade para o trabalho por prova pericial, não poderá lançar mão de mandado de segurança, ação que inadmite dilação probatória.*

*9. A necessidade, por fim, consiste na demonstração de que a atuação do Estado-Juiz é imprescindível para a satisfação da pretensão do autor. Nessa linha, uma pessoa que necessite de um medicamento não tem interesse em propor ação caso ele seja distribuído gratuitamente.*

*(...)*

*11. Como se percebe, o interesse em agir é uma condição da ação essencialmente ligada aos princípios da economicidade e da eficiência. Partindo-se da premissa de que os recursos públicos são escassos, o que se traduz em limitações na estrutura e na força de trabalho do Poder Judiciário, é preciso racionalizar a demanda, de modo a não permitir o prosseguimento de processos que, de plano, revelem-se inúteis, inadequados ou desnecessários. Do contrário, o acúmulo de ações inviáveis poderia comprometer o bom funcionamento do sistema judiciário, inviabilizando a tutela efetiva das pretensões idôneas.*

### **III. INTERESSE EM AGIR E PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*12. A exigência de prévio requerimento administrativo liga-se ao interesse processual sob o aspecto da necessidade. Seria isto compatível com o preceito segundo o qual "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CRFB/1988, art. 5º, XXXV)?*

#### **III.1 Regra geral: ações de concessão de benefícios**

13. Como se sabe, o acionamento do Poder Jurídico não exige demonstração de prévia tentativa frustrada de entendimento entre as partes: basta a demonstração da necessidade da tutela jurisprudencial, o que pode ser feito, por exemplo, a partir da narrativa de que um direito foi violado ou está sob ameaça. Assim, por exemplo, quando uma concessionária de energia elétrica faz uma cobrança indevida em fatura de conta de luz, não é necessário que o consumidor, para ingressar em juízo, demonstre ter contestado administrativamente a dívida: seu direito é lesado pela mera existência da cobrança, sendo suficiente a descrição deste contexto para configuração do interesse de agir. Uma demanda anulatória do débito, portanto, é: (i) útil, pois livra o autor de uma obrigação indevida; (ii) adequada, uma vez que adotado procedimento idôneo; e (iii) necessária, já que apenas um juiz pode compelir a concessionária a anular a dívida, não sendo lícito ao autor fazê-lo por suas próprias forças.

14. Para verificar se a mesma lógica seria aplicável em sede previdenciária, é preciso verificar qual é a dinâmica da relação entre a Previdência Social e seus respectivos beneficiários.

15. A concessão dos benefícios previdenciários em geral ocorre a partir de provocação do administrado, isto é, depende essencialmente de uma postura ativa do interessado em obter o benefício. Eventual demora não inibe a produção de efeitos financeiros imediatos, já que a data do requerimento está diretamente relacionada à data de início de vários benefícios, como se vê dos arts. 43, § 1º; 49; 54; 57 § 2º; 60, § 1º; 74; e 80, todos da Lei nº 8.213/1991. A mesma regra vale para o benefício assistencial (Lei nº 8.742/1993, art. 37).

16. Assim, se a concessão de um direito depende de requerimento, não se pode falar em lesão ou ameaça a tal direito antes mesmo da formulação do pedido administrativo. O prévio requerimento de concessão, assim, é pressuposto para que se possa acionar legitimamente o Poder Judiciário. Eventual lesão a direito decorrerá, por exemplo, da efetiva análise e indeferimento total ou parcial do pedido, ou, ainda, da excessiva demora em sua apreciação (isto é, quando excedido o prazo de 45 dias previsto no art. 41-A, § 5º, da Lei nº 8.213/1991). Esta, aliás, é a regra geral prevista no Enunciado 77 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais - FONAJEF ("O ajuizamento da ação de concessão de benefício da seguridade social reclama prévio requerimento administrativo").

17. Esta é a interpretação mais adequada ao princípio da separação de Poderes. Permitir que o Judiciário conheça originariamente de pedidos cujo acolhimento, por lei, depende de requerimento à Administração significa transformar o juiz em administrador, ou a Justiça em guichê de atendimento do INSS, expressão que já tornou corrente na matéria. O Judiciário não tem, e nem deve ter, a estrutura necessária para atender às pretensões que, de ordinário, devem ser primeiramente formuladas junto à Administração. O juiz deve estar pronto, isto sim, para responder a alegações de lesão ou ameaça a direito. Mas, se o reconhecimento do direito depende de requerimento, não há lesão ou ameaça possível antes da formulação do pedido administrativo. Assim, não há necessidade de acionar o Judiciário antes desta medida. Daí porque não cabe comparar a situação em exame com as previstas nos art. 114, § 2º, e 217, § 1º da CRFB/ 1988, que instituem condições especiais da ação, a fim de extrair um irrestrito acesso ao Judiciário fora destas hipóteses.

18. As regras acima valem para pretensões de concessão original de outras vantagens jurídicas que, embora não constituam benefícios previdenciários, também dependem de uma postura ativa do interessado: é o caso, e.g., dos pedidos de averbação de tempo de serviço.

### III.2 Prévio requerimento e exaurimento das vias administrativas

19. É muito importante não confundir - como às vezes faz a jurisprudência - a exigência de prévio requerimento com o exaurimento das vias administrativas. A regra do art. 153, § 4º da Constituição anterior (na redação dada pela EC nº 7/1977), que autorizava a lei a exigir o exaurimento das vias administrativas como condição para ingresso em juízo, não foi reproduzida pela Constituição de 1988. Esta a razão pela qual foram editadas a Súmula 213/TFR ("O exaurimento da via administrativa não é condição para a propositura de ação de natureza previdenciária"), a Súmula 89/STJ ("A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa") e a Súmula 9/TRF3 ("Em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação"). Esclareça-se, porém que o requisito do prévio requerimento se satisfaz com a mera postulação administrativa do beneficiário, perante a primeira instância com atribuição para conhecê-lo, enquanto o exaurimento significa a efetiva utilização de todos os recursos administrativos cabíveis.

(...)

26. *A pretendida subversão da função jurisdicional, por meio da submissão direta de casos sem prévia análise administrativa, acarreta grande prejuízo ao Poder Público e aos segurados coletivamente considerados. Isto porque a abertura desse "atalho" à via judicial gera uma tendência de aumento da demanda sobre os órgãos judiciais competentes para apreciar esta espécie de pretensão, sobrecarregando-os ainda mais, em prejuízo de todos os que aguardam a tutela jurisdicional. Por outro lado, os órgãos da Previdência, estruturados para receber demandas originárias, teriam sua atuação esvaziada pela judicialização. (...)" (grifos não constantes do original).*

*O acórdão foi assim ementado:*

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão (...)"*

*Transportando esses fundamentos para as ações cautelares de exibição de documento, em que apenas se pretende a segunda via de contratos ou extratos bancários, anoto ser inconteste que os bancos já enviam periodicamente extratos, sendo franqueado igualmente o acesso gratuito aos lançamentos em conta bancária por meio da internet. Se não houver a iniciativa de seu cliente de pedir na agência de*



*relacionamento, pelos canais adequados, a emissão de segunda via dos documentos já fornecidos, não há como se considerar configurada resistência do banco e, portanto, interesse de agir que justifique a movimentação do Poder Judiciário para a solicitação dos documentos comuns.*

*Não pairam dúvidas de que a relação entre os bancos e seus correntistas é regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Igualmente, é indisputável que o contrato e os extratos são documentos comuns e que o banco tem o dever de fornecê-los ao cliente, quantas vezes for solicitado. Mas o banco não pode adivinhar que determinado cliente deseja a segunda, a terceira ou a quarta via de tal ou qual documento. Não é razoável que o pedido seja feito diretamente perante o Judiciário, sem que tenha sido solicitado extrajudicialmente ao banco. Assim, é pressuposto para configurar o interesse de agir a demonstração de que o banco, ciente da pretensão, não se dispôs a fornecer os documentos em tempo hábil. Tal demonstração pode decorrer de negativa explícita ou da mera omissão em fornecer os documentos que lhe tenham sido requeridos, pelos canais de relacionamento adequados, nos termos contratuais e da regulamentação da autoridade monetária.*

*Penso, portanto, que o interesse de agir é condição da ação cautelar de exibição de documentos e ele estará evidenciado se o autor demonstrar a recusa ou a inércia da instituição financeira em fornecer, em tempo hábil, os documentos comuns, após cientificada da pretensão.” Grifo nosso.*

*Portanto, levando-se em conta que a decisão da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de ser considerada indispensável a demonstração do prévio requerimento administrativo não atendido pelo estabelecimento bancário para configurar a presença dos pressupostos processuais, caberia à autora comprovar o cumprimento do referido encargo, o que não o fez, devendo a ação ser extinta, pela ausência de interesse de agir.*

*Ora, apenas alega a demandante, por ocasião da inicial, ter entrado em contato com o banco/promovido solicitando administrativamente o contrato, informando o nº 7381257. Todavia, essa simples numeração, desacompanhada de qualquer outro dado especificador da possível solicitação, bem como mediante a inexistência de prova escrita, é insatisfatória para comprovar o pleito extrajudicial, sobretudo por ser de fácil manipulação.*

*Ademais, segundo a decisão do STJ, é necessária a demonstração da negativa explícita ou a falta de atendimento em tempo hábil, portanto, no presente caso, a primeira hipótese não restou configurada, também não há como constatar a segunda, por ausência de subsídios. Desse modo, inexistente pressuposto necessário para a caracterização do interesse processual na ação cautelar.*

*Isto posto, nos termos dos termos do art. 932, V, b), da Nova Legislação Adjetiva Civil, **provejo monocraticamente o presente apelo, para acolher a preliminar de carência da ação, extinguindo o processo, sem resolução do mérito**. Ato contínuo, inverte o ônus sucumbencial fixado na sentença, ressaltando que o demandante litiga sob os auspícios da gratuidade judiciária.*

**(fls. 110/114)**

Como visto, a questão fundamental da monocrática acima foi exatamente a ausência de demonstração da pretensão resistida, consubstanciada pela ausência do requerimento extrajudicial, haja vista a impossibilidade de se considerar a numeração de protocolo trazida aos autos, pela parte demandante, como documento hábil para tal fim.

Em outras palavras, entendo que a simples informação de sequência numérica não constitui prova idônea do efetivo pedido na via administrativa, capaz de legitimar o interesse processual da parte autora no ajuizamento da presente ação, razão pela qual não se pode imputar ao banco a responsabilidade pelo pagamento dos ônus sucumbenciais, como pleiteia a agravante nesta ocasião, porquanto inexistente comprovação de que deu causa a instauração da demanda.

Ademais, em recentíssima decisão, o Superior Tribunal de Justiça entendeu como idôneo o requerimento administrativo que for realizado da seguinte forma: “**(a) formulado pelo interessado ou representante legal devidamente constituído; (b) especificando claramente o documento a ser exibido, (c) indicando endereço para resposta; (d) protocolizado em uma de suas vias no estabelecimento da parte ré, em Cartório de Títulos e Documentos ou carta AR (Aviso de Recebimento) com declaração de conteúdo; (e) em tempo hábil para ser atendido, no mínimo 30 (trinta) dias antes do ajuizamento da ação cautelar**”, vejamos:

**“AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.025.796 - RS (2016/0316205-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**

**AGRAVANTE : GELSON JOSE DA SILVA**

**ADVOGADOS : GILBERTO DA SILVA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS049412**

**JOÃO LUCAS DUARTE DE SOUZA - RS088058**

**AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S/A**

**ADVOGADOS : PAULO TURRA MAGNI - RS017732**

**CRISTIANO DA SILVA BREDA E OUTRO(S) - RS040466**

Desembargador José Ricardo Porto

*ARTHUR SPONCHIADO DE ÁVILA - RS054157*

**DECISÃO**

*Trata-se de agravo manifestado por Gelson Jose da Silva contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 6º, 43, 46 e 72 do Código de Defesa do Consumidor, 373, 844 e 855 do Código de Processo Civil de 1973, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 172):*

**APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, MANTIDA.**

*Nos termos do incidente sob a sistemática dos recursos repetitivos, REsp nº 1.349.453/MS, submetido a julgamento perante a Segunda Seção do E. STJ, foi adotada a tese de que a propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. No caso concreto, observa-se que o demandante tão somente se utilizou do site do banco réu na internet para postular a exibição do contrato, sendo que o requerimento das fls. 12/13 mostra-se absolutamente inadequado à exibição de um instrumento contratual, haja vista que não confere ao banco destinatário da solicitação a mínima segurança a respeito da identidade do postulante.*

**APELAÇÃO PREJUDICADA E RECURSO ADESIVO PROVIDO, EM PARTE.**

*Sustenta o recorrente, em síntese, que comprovou o prévio pedido administrativo.*

*Afirma, ainda, que ficou configurada a pretensão resistida da instituição financeira.*

*Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.*

*O recurso não merece prosperar.*

*Inicialmente, acerca da violação do art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, não prospera o recurso pois, a despeito de o recorrente ter mencionado o referido dispositivo, não explicitou de que forma ele teria sido violado pelo Tribunal de origem, o que faz incidir o óbice do enunciado 284 da Súmula do STF.*

*No mérito, registro que a Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.349.453/MS, submetido ao rito dos*

*recursos repetitivos, adotou o entendimento de que é cabível a ação cautelar de exibição de documentos como medida preparatória a fim de instruir a ação principal "bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária", conforme se observa da seguinte ementa:*

*PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE.*

*1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1.349.453/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 2.2.2015).*

*Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem concluiu que o agravante não apresentou prova idônea da existência de pedido administrativo, julgando extinta a ação sem exame do mérito, por ausência de interesse processual, conforme se extrai dos seguintes excertos (fls. 177/179):*

*Feitas essas breves considerações, tem-se que o interesse processual na ação cautelar de exibição de documentos depende do preenchimento dos requisitos a seguir:*

*(a) demonstração da existência de relação jurídica entre as partes;*

*(b) comprovação de prévio requerimento administrativo formal à instituição financeira não atendido em prazo razoável;*

*(c) pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.*

*A comprovação de atendimento a estes requisitos constitui-se em ônus da parte autora, devendo ser feita no momento do ajuizamento da ação cautelar.*

*A demonstração da existência de relação jurídica entre a parte autora e a instituição financeira exige prova documental da qual se extraíam indícios mínimos da contratualidade.*

***O requerimento administrativo dos documentos, para ser assim considerado, deve ser idôneo, isto é: (a) formulado pelo interessado ou representante legal devidamente constituído; (b) especificando claramente o documento a ser exibido, (c) indicando endereço para resposta; (d) protocolizado em uma de suas vias no estabelecimento da parte ré, em Cartório de Títulos e Documentos ou carta AR (Aviso de Recebimento) com declaração de conteúdo; (e) em tempo hábil para ser atendido, no mínimo 30 (trinta) dias antes do ajuizamento da ação cautelar.***

*No caso concreto, observa-se que o demandante tão somente se utilizou do site do banco réu na internet para postular a exibição do contrato, sendo que o requerimento das fls. 12/13 mostra-se absolutamente inadequado à exibição de um instrumento contratual, haja vista que não confere ao banco destinatário da solicitação a mínima segurança a respeito da identidade do postulante. Ora, não se pode exigir que a instituição ré forneça o contrato bancário solicitado por intermédio de portal da internet, uma vez que tal circunstância configuraria desídia do banco para com a segurança dos dados de seus clientes, os quais se encontram em sua posse.*

*(...)*

*Dessa forma, tenho como inidôneo o pedido formulado pela parte autora no caso vertente, razão por que, em observância à tese definida no REsp nº 1.349.453/MS, com fundamento na sistemática dos recursos repetitivos, a presente ação deve ser julgada extinta, sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual, todavia, com base em fundamento diverso daquele apresentado pelo Magistrado a quo.*

*Anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático, procedimento que, em sede especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.*

*Em face do exposto, nego provimento ao agravo.*

*Intimem-se.*

***Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2017.***

***MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI***

***Relatora***

***(Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 13/02/2017)***

Ante todo o exposto, **DESPROVEJO** o presente agravo interno.

**É como voto.**

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador José Ricardo Porto. Participaram do julgamento, além do relator, Excelentíssimo Desembargador José Ricardo Porto, o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos, e o Excelentíssimo Doutor Carlos Eduardo Leite Lisboa (Juiz convocado para substituir a Excelentíssima Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti).

Presente à sessão a representante do Ministério Público, Dra. Vasti Cléa Marinho Costa Lopes, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível “Desembargador Mário Moacyr Porto” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 28 de março de 2017.

**Des. José Ricardo Porto**  
**RELATOR**

**J/05RJ/14**